

/ PALAVRA DO LEITOR

Litoral Norte

O Litoral Norte tem se tornado um destino permanente para muitos gaúchos, aquecendo a economia de cidades costeiras. A flexibilização oferecida pelo trabalho remoto e a busca por qualidade de vida levam novos moradores à região (Reportagem Especial, caderno Empresas & Negócios, JC, 11/05/2025). Só ir estruturando com urbanismo qualificado, tudo limpo, organizado e com beleza, que esse litoral terá ainda um desenvolvimento e uma atratividade maior. Potencial gigante! (João Maurício Hack Cardozo)

**Litoral II**

Bela matéria, alto interesse para todos que moram aqui no Litoral ou que pretendem ainda vir morar. O que não pode, de maneira alguma, é ter um porto em Arroio do Sal. Que se faça uma linha férrea entre a Serra e os portos (ociosos) já existentes. (Marceli Riffel)

Litoral III

Qualidade de vida! (Leonardo Neves)

Litoral IV

Litoral Norte virou terra de empreiteiras que fazem o que querem, isso sim. (Fabiana Alves Fortes)

Entrevista especial

O secretário de Apoio à Reconstrução do governo federal, Maneco Hassen, compartilhou dados sobre as ações em andamento para a recuperação do Estado (JC, 11/05/2025). Claro que ações são urgentes ainda e muito bem vindas. Se formos olhar a ineficiência do sistema político no contexto geral da coisa, vemos que para liberar para a sociedade sempre tem morosidade e burocracia, mas para se votar algo em benefício dos próprios basta uma sessão marcada às pressas, a política virou um escárnio. (Marcio Maier)

Entrevista especial II

Na prática, o Rio Grande do Sul continua sem proteção contra enchentes, as empresas sem assistência e pessoas desabrigadas. Prometem muito e entregam muito pouco. (Eduardo Teixeira)

Faixa para motos

Porto Alegre deve ganhar uma faixa exclusiva para motos ainda neste ano. A autorização para o trecho de quatro quilômetros foi encaminhada à EPTC (JC, 07/05/2025). A implantação de faixa para motos é indispensável, visto que a maioria dos acidentes em Porto Alegre tem a moto como um dos participantes, inclusive com morte do piloto. O fato de ocupar espaço das ruas não piora muito o já caótico espaço de trânsito dos veículos; como nossa cidade e Estado não tem verba para a ampliação das vias, o mais barato e viável é investir no transporte coletivo para diminuir o número de carros. (Eduardo Fossati)

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. Os artigos e cartas publicados com assinatura neste jornal são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

Em defesa do eproc

Leonardo Lamachia

Estamos a um dia da entrada em vigor de uma medida do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que mudará o curso da sistemática de contagem de prazos da advocacia gaúcha. Uma mudança que altera a plataforma eletrônica utilizada há mais de 15 anos no Rio Grande do Sul, além de outros estados.

Com intenso trabalho da OAB/RS, que vem atuando no tema desde outubro de 2024, conseguimos suspender, até hoje, 15 de maio, o dispositivo da decisão do CNJ que prevê as modificações nas intimações e nas contagens de prazo no eproc de acordo com a Resolução nº 455. O ponto mais grave são os 10 dias de prazo para intimações no sistema que serão perdidos pela advocacia.

Ao passo que estava mobilizada por uma maior discussão do tema sem uma mudança abrupta, a OAB/RS atuou de forma célere e promoveu, nos últimos meses, oportunidades de capacitação à advocacia para essas mudanças. Pois, diante dos limites institucionais da Ordem gaúcha, nossa missão era assegurar que, independentemente das decisões que venham a ser impostas, a advocacia estivesse amparada e fortalecida para continuar exercendo sua função essencial à Justiça.

Seguimos fazendo tudo o que está ao nosso alcance para manter a atual sistemática. Inclusive, mais duas medidas urgentes foram realizadas em conjunto com a OAB de Santa Catarina e do Paraná. Oficiamos ao TRF4 e peticionamos no STJ pe-

dindo uma liminar - além do TJRS ser oficiado em âmbito estadual - tudo isso com vistas à defesa dos interesses da advocacia gaúcha.

Atuamos, também, como amicus curiae no julgamento do Tema 1180 no STJ, que discute o marco inicial da contagem de prazos processuais em casos de intimações duplicadas no DJe e no eproc. A decisão do CNJ, sob essa ótica, viola gravemente a Lei do Processo Eletrônico. Ela afronta não apenas a norma legal expressa, mas também o bom senso institucional ao impor uma mudança abrupta, sem o necessário diálogo com a advocacia.

Contudo, em que pese tenhamos lutado com todos os argumentos jurídicos e medidas, até agora não conseguimos mudar essa realidade. Entramos com um Pedido de Providências no âmbito do CNJ, mas, até o momento, não obtivemos decisão favorável.

Apesar disso, preciso deixar claro aos colegas advogados e advogadas: ainda não desistimos! A OAB/RS segue lutando e busca encontrar alternativas para que a advocacia tenha o melhor funcionamento possível do eproc.

Advogado e presidente da OAB/RS

O ponto mais grave são os 10 dias de prazo para intimações no sistema que serão perdidos

Um compromisso com a democracia e a vida

Cris Lohmann

Em um Estado onde as mulheres são maioria da população e do eleitorado, é inadmissível que continuem sendo uma reduzida minoria nos espaços de decisão. No Rio Grande do Sul, menos de 8% das prefeituras são lideradas por mulheres. Na Assembleia Legislativa, elas não ocupam sequer 15% das cadeiras. Esses números, além de revelar

Enquanto isso, a violência de gênero segue como uma ferida aberta em nossa sociedade

um cenário de desigualdade estrutural, explicam por que tantas pautas essenciais para a vida das mulheres seguem à margem das prioridades do poder público. Enquanto isso, a violência de gênero segue como uma ferida aberta em nossa sociedade. Até abril de 2025, 31 mulheres foram assassinadas no estado simplesmente por serem mulheres. Dez delas perderam a vida em um único feriado, a Semana Santa. A dor tem nome e história: Raíssa Müller, 21 anos, foi morta a facadas em Feliz pelo ex-namorado, inconformado com o fim do relacionamento. Casos como esse não são exceção. São reflexo direto de um sistema que ainda normaliza o controle e a brutalidade sobre as mulheres.

A falta de representação política agrava esse cenário. Quando há poucas mulheres nos espaços de poder, há menos vozes propondo políticas públicas voltadas à proteção, à autonomia e à dignidade feminina, e há menos chance de romper com a lógica que tolera o inaceitável. A equidade de gênero na política não é um favor: é uma condição necessária para construir uma sociedade mais justa, segura e democrática.

No MDB Mulher, movimento que presido, carregamos o compromisso de enfrentar essas desigualdades com coragem e responsabilidade. Mais do que incentivar candidaturas femininas, é preciso criar o ambiente, a estrutura e o respaldo real para que mulheres liderem com autonomia. E isso começa dentro dos próprios partidos. A política precisa parar de empurrar as mulheres para o rodapé das decisões, e passar a reconhecer nelas o centro da transformação que o país tanto precisa.

É fundamental tratar a participação feminina não como cota, mas como critério de justiça, inteligência institucional e eficiência política. Na prática, onde há mulheres decidindo, há mais chances de haver escuta, empatia, compromisso com o coletivo e soluções concretas. E, sobretudo, há mais chance de salvar vidas, prevenir tragédias e construir políticas públicas que realmente enxerguem as pessoas.

Presidente estadual do MDB Mulher